

CARTOGRAFIA DE UMA CIDADE RETOMADA

A REOCUPAÇÃO POLÍTICA DAS RUAS E PRAÇAS DO RIO DE JANEIRO DA DÉCADA DE 1970

CARTOGRAPHY OF A RETAKEN CITY

THE POLITICAL REOCCUPATION OF THE STREETS AND TOWN SQUARES OF RIO DE JANEIRO IN THE 1970S

MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO | Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este artigo reflete sobre os “lugares de memória” do Rio de Janeiro que marcaram os processos de luta e resistência à ditadura militar em 1960-70, e de redemocratização, nos anos 1980. Recorreu-se às colocações de Pierre Nora sobre o conceito de *lieux de mémoire* e aos debates na América Latina (em especial nos países do Cone Sul) sobre os “marcos territoriais” da repressão e da luta política, procurando-se relacionar essa discussão a depoimentos orais, como os reunidos pelos projetos Memórias de Esquerda e Memória do Movimento Estudantil.

Palavras-chave: lugares de memória; marcos territoriais; cidade do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This paper reflects on the *lieux de mémoire* that marked, in Rio de Janeiro, the processes of struggle and resistance to the military dictatorship during the 1960s and the 1970s, and redemocratization from the 1980s. This work uses Pierre Nora's reflection on the concept of *lieux de mémoire* and the debates that took place in Latin America (especially in the Southern Cone countries) on the issue of “territorial landmarks” of repression and political struggle. The discussion of this topic is related to testimonies from different collections of oral sources, such as the collections of the projects “Memórias de Esquerda” and “Memória do Movimento Estudantil”.

Keywords: “lieux de mémoire”; territorial landmarks; Rio de Janeiro city.

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre los “lugares de memoria” de Río de Janeiro que marcan los procesos de lucha y de resistencia a la dictadura militar en las décadas de 1960 y 70 y la democratización de 1980. Recurrimos a las afirmaciones de Pierre Nora sobre el concepto de *lieux de mémoire* y a los debates en América Latina (sobre todo en los países del Cono Sur) sobre la cuestión de los “hitos territoriales” de la represión y de la lucha política. Relacionamos esta discusión con fuentes orales, como las reunidas en los proyectos Memorias de Izquierda y Memoria del Movimiento Estudiantil.

Palabras clave: lugares de memoria; marcas territoriales; ciudad de Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro consolidou, ao longo do século XX, alguns marcos territoriais que se tornaram referência para a ação política: ruas, praças, largos e avenidas onde os cidadãos se reuniam para expressar suas posições políticas, protestar contra o governo ou apoiar campanhas e causas nacionais. Alguns desses lugares são endereços clássicos da ação política carioca, como a Cinelândia, as avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, a Central do Brasil, o pequeno largo em frente à Candelária, as escadarias da Assembleia Legislativa. Outros foram incorporados mais recentemente, como o *Buraco do Lume* (Centro da cidade), o Aterro do Flamengo, a orla marítima e o entorno da lagoa Rodrigo de Freitas. Lugares e espaços urbanos que se constituíram como marcos territoriais da ação política e cidadã dos cariocas.

Mas nem sempre foi assim. O ato institucional n. 5, promulgado no dia 13 de dezembro de 1968, proibiu a realização de reuniões e manifestações de caráter político. As ruas, praças, largos e avenidas cariocas *esvaziaram-se da política*. O protesto e a luta contra a ditadura militar passaram à clandestinidade. A partir de meados da década de 1970, porém, a cidade passou a ser reocupada politicamente. Aos poucos, suas ruas e praças voltaram a ser cenário de passeatas, comícios e manifestações políticas. Este texto pretende narrar um pouco dessa história.

LUGARES DE MEMÓRIA E DISPUTAS POR MARCOS TERRITORIAIS NO RIO DE JANEIRO

Pensar a problemática dos lugares e as disputas por marcos territoriais nos remete, antes de tudo, às reflexões de Pierre Nora. Nora introduziu o que chamou de “a problemática dos lugares” na história. Lugares de memória equiparam-se a museus, arquivos, monumentos como “marcos testemunhais do passado”. São nomeados pela sociedade quando se deseja marcar algum fato relevante: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13).

Lugares de memória são lugares investidos de sentido histórico e, por isso mesmo, objeto de disputa política. É nessa perspectiva metodológica que serão investigados os “lugares de memória” da ação política carioca, entendendo-se que esses lugares foram também objeto de disputa territorial e política durante os anos de ditadura militar.

A CIDADE DURANTE A DITADURA MILITAR: UMA CRONOLOGIA

Considerando-se a cidade como *locus* de ação política, podem-se estabelecer três momentos diferentes de ocupação pública do Rio de Janeiro durante o período da ditadura militar: os primeiros anos do novo regime, do golpe de 1964 até 1968; os “anos de chumbo”, de 1969 a 1973; e a retomada da cidade, de 1974 até o fim do regime militar em 1985.

OS PRIMEIROS ANOS DO NOVO REGIME: DO GOLPE DE 1964 ATÉ 1968

Nos primeiros anos do regime, no período que vai do golpe de 64 até as grandes manifestações de 1968, a cidade teve intensa vida política. Os responsáveis por isso foram, sobretudo, os estudantes. Entre 1966 e 1968, os estudantes ocuparam as ruas da cidade com passeatas, comícios e manifestações políticas que se realizavam, principalmente, no Centro, nas imediações da Faculdade Nacional de Direito (na rua Moncorvo Filho, próximo ao Campo de Santana) e da Faculdade Nacional de Filosofia (que funcionava na avenida Presidente Antônio Carlos); na Cinelândia, na avenida Rio Branco, nas ruas próximas ao Calabouço (restaurante estudantil situado na avenida Infante Dom Henrique, perto do aeroporto Santos Dumont), nos arredores do Edifício Avenida Central, no quarteirão do prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Este largo trecho do Centro da cidade era o palco principal das manifestações políticas entre 1966 e 1968. Nos depoimentos dos líderes estudantis da época, a cidade aparece como personagem importante: as ruas, os transeuntes, o povo carioca que ia e vinha do trabalho, o trânsito, as estratégias de fuga da polícia... Todos esses elementos que povoam os relatos dessa liderança estudantil contribuem para se traçar o desenho de uma cidade viva e dinâmica politicamente.

Em seu depoimento para o projeto Memória do Movimento Estudantil,¹ Vladimir Palmeira, o grande líder das manifestações estudantis da época, fala da cidade como se fosse um teatro de guerra. Segundo ele, foi nesse período que os estudantes começaram a organizar uma “tática de passeata”, que consistia, fundamentalmente, em levar a passeata na contramão dos carros – o que parava o trânsito e dificultava a chegada dos carros de polícia. Além disso, divulgava-se para a imprensa o local errado da concentração; o certo era divulgado apenas para os estudantes que saíam das faculdades organizados em grupos de cinco. Para driblar a ação da polícia, os estudantes se dispersavam pela cidade e se reagrupavam em outros pontos de encontro previamente definidos. É o que nos conta Vladimir Palmeira:

[...] quando a polícia vinha, a gente se dissolvia, mandávamos dissolver a manifestação. E tínhamos esquemas: a cada meia hora tinha ponto de encontro. Quando você dissolvia tal hora, tinha um ponto de encontro em outro lugar. Aí, nós íamos para o ponto. Em mais meia hora, quarenta minutos depois, começava uma outra passeata. A polícia vinha de novo e começava. Enfim, era uma briga de gato e rato. Essa organização era a forma típica e chegou até 1968 (Araújo, 2007, p. 173).

1 Este projeto foi realizado em parceria com a UNE, o Museu da República e a Fundação Roberto Marinho, e inclui depoimentos de dirigentes e militantes da UNE de diversos períodos históricos. Este projeto também resultou no livro, de minha autoria, *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*, editado pela Relume Dumará. Os depoimentos podem ser encontrados no site <www.mme.br>. Alguns deles foram parcialmente transcritos no meu livro.

Entre 1966 e 1968, as manifestações políticas estudantis ocupavam a cidade e transformavam as ruas do Centro em cenário de confrontos e batalhas políticas. Esse processo culminou com o assassinato do estudante secundarista Edson Luís, na repressão a uma passeata que defendia a manutenção do restaurante que a ditadura pretendia fechar. O Calabouço, na avenida Infante Dom Henrique, era um restaurante estudantil que congregava, nas horas de refeição, milhares de jovens universitários e secundaristas. O jornalista Bernardo Joffily na época era secundarista e frequentava o Calabouço. Em seu depoimento para o projeto Memória do Movimento Estudantil, ele fala da importância do restaurante:

Como juntava dez mil estudantes por dia, inevitavelmente, se transformou num centro de efervescência estudantil. A FUEC, Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, foi fundada nesse meio. Seu presidente era o Eleonor Brito, um nordestino. Só que alguém do staff pensante da ditadura militar chegou à conclusão de que eles tinham que acabar com o restaurante Calabouço. Usaram como desculpa a construção de um viaduto. Por isso iriam demolir o restaurante. E nós estávamos naquela luta para defender o restaurante Calabouço, entre outras infinitas lutas (Araújo, 2007, p. 174).

Foi numa manifestação estudantil em defesa do Calabouço que morreu Edson Luís. Em seu livro, o historiador João Roberto Martins Filho (1996) descreve a morte do estudante:

[...] Desta vez os soldados do pelotão de choque da Polícia Militar da Guanabara responderam com fogo às pedras e vaias dos secundaristas. Em frente ao restaurante estudantil do Calabouço, caiu morto o jovem Edson Luís Lima Souto, aluno do curso de madureza, que viera de Belém do Pará para tentar uma faculdade no Rio de Janeiro. Segundo testemunhas, o estudante tentou correr, mas seus joelhos se dobraram, no rosto um olhar mais de espanto que de dor. A bala veio da direita, da entrada da galeria que dava para uma transversal da avenida General Justo, perto do centro da ex-capital do país. O rapaz foi atingido no peito.

O texto de Martins Filho (1996) traça também o itinerário percorrido pelos estudantes carregando o corpo de Edson Luís – itinerário geográfico, mas também político:

Os estudantes carregaram-no em passeata até o prédio da Assembleia Legislativa, onde entraram à força. No caminho romperam a pedradas os vidros da Embaixada dos Estados Unidos, na avenida Presidente Wilson. Até chegar o caixão, o corpo ficou exposto sobre uma mesa. Sem camisa, coberto até a cintura por uma bandeira, um cartaz improvisado pendendo para a frente, permaneceu protegido por um grupo de militantes que impedia a aproximação de estranhos.

O velório de Edson Luís transformou-se num ato cívico-político. Os estudantes passaram a noite na Assembleia Legislativa. No dia seguinte, o enterro congregou estudantes, intelectuais e cidadãos comuns.

tuais, artistas, cidadãos, padres e freiras. Realizada na Igreja da Candelária, ponto nevrálgico e emblemático da cidade, a missa de sétimo dia também se transformou numa manifestação política. Nesse dia, pela manhã, o Exército ocupou todo o Centro da cidade. A carga da cavalaria rompeu o cordão de isolamento feito pelos padres e investiu contra os estudantes.

A partir desse momento a cidade passou a viver confrontos cada vez mais violentos entre estudantes e policiais. Os arredores do belo prédio do MEC,² na rua da Imprensa n. 16, era um endereço certo para a manifestação política estudantil. Mais uma vez o depoimento de Vladimir Palmeira, narrando uma manifestação que se iniciara nos pilotis do prédio do MEC e depois se dirigira para os arredores do Edifício Avenida Central, nos mostra uma cidade ocupada politicamente e disputada, rua a rua, por estudantes e policiais.

Quando a polícia veio, naquele passo terrível, aquele passo de ganso, disseram: “o que a gente faz?” Eu disse: “vamos resistir.” Quando chegou, sei lá, a uns cinquenta metros, a gente disse: “vamos para cima deles!” E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás por aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou bola de gude, rolhas. Cavalo caiu, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da PE e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do Exército. Nesse momento, a barra pesou, [...]. Essa foi a Quarta-Feira Sangrenta (Araújo, 2007, p. 177).

A Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho de 1968, foi o último episódio dessa fase. Em contraposição aos violentos conflitos dos últimos meses após a morte de Edson Luís, a passeata foi pacífica e não encontrou repressão policial. A manifestação se iniciou na Cinelândia e percorreu as principais ruas do Centro da cidade: seguiu pela avenida Rio Branco, parou em frente à Candelária para a realização de discursos políticos, prosseguiu pela avenida Presidente Vargas, parando também na praça Tiradentes. Uma massa enorme de pessoas composta por estudantes, artistas, intelectuais, donas de casa, cidadãos comuns, trabalhadores participou da manifestação de forma pacífica, alegre e ordeira. Até hoje a Passeata dos Cem Mil é um dos símbolos de 68. Recentemente, o fotógrafo Evandro Teixeira desenvolveu um projeto que resultou no livro *68: Destinos*. O projeto visava à recuperação da memória e das trajetórias de pessoas que haviam participado da passeata. Evandro divulgou amplamente na internet uma foto da passeata de sua autoria, feita na época, e lançou o apelo para que se apresentassem a ele as pessoas que se reconhecessem na

2 O prédio do MEC, também conhecido como Palácio Capanema, em homenagem ao ministro da Educação do governo Vargas, Gustavo Capanema, é um símbolo da arquitetura modernista, projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Sua construção se deu entre 1936 e 1945. Os largos pilotis do prédio foram cenário de inúmeras manifestações estudantis, desde sua criação até os dias de hoje.

imagem. Inúmeras pessoas se identificaram na foto e procuraram o fotógrafo, contaram-lhe suas vidas e foram fotografadas por ele como estavam naquela ocasião, quarenta anos depois da passeata. As duas fotos – a antiga, recortada da foto da multidão, e a atual – foram colocadas lado a lado, e abaixo foi transcrito o depoimento em que a pessoa relatava sua participação na passeata e fazia um balanço de sua vida, comentando sua trajetória pessoal e política. Esse trabalho – jornalístico, histórico e fotográfico – rendeu o belíssimo livro *68: Destinos – passeata dos 100 mil*. A foto de Evandro (divulgada em várias livrarias em que se vendiam os livros sobre 1968, nos seminários e nas exposições sobre o tema) é, talvez, a melhor imagem de 68 no Brasil, e seu livro é um dos painéis mais interessantes e abrangentes dessa geração.

Depois da Passeata dos Cem Mil – ponto máximo da mobilização política do período – a situação começou a mudar. Tornou-se cada vez mais perigoso participar das manifestações e os estudantes foram abandonando as ruas da cidade. O AI-5, que deu ao governo poderes ditatoriais e proibiu a realização de manifestações políticas de qualquer natureza, encerrou esse ciclo. A cidade foi esvaziada de seu sentido político.

OS “ANOS DE CHUMBO”: DE 1969 A 1973

Inicia-se aí a segunda fase de nossa pequena cronologia. Entre 1969 e 1973, a cidade praticamente deixou de ser cenário de ações políticas; pelo menos no sentido da *ágora*, que estamos utilizando, ou seja, local de manifestação pública de posições políticas. Com o fechamento do regime e a opção de boa parte das esquerdas pela luta armada, a oposição política se *clandestinizou* e seu *lócus* passou a ser outro: *aparelhos*, endereços secretos que mudavam a cada dia, ruas escuras, centros clandestinos de detenção, quartéis militares, as dependências do Dops e do Cenimar, os porões da ditadura, os subúrbios da cidade, os endereços camuflados onde eram torturados e assassinados os opositores do regime. As ruas da cidade deixam de ser locais de comícios e manifestações políticas, de confrontos abertos e massivos, de faixas, palavras de ordem e megafones, e passam a ser locais de “pontos” (encontros clandestinos entre militantes), de prisões ilegais e de confrontos mais militares do que propriamente políticos. Durante esse período, mais do que uma cartografia da cidade, deveria ser traçada uma “cartografia da repressão”. Na Argentina, a organização Memoria Abierta – entidade composta por familiares de desaparecidos, advogados de presos políticos e militantes pelos direitos humanos³ – traçou essa cartografia no país, revelando os centros de detenção clandestinos, os locais de tortura e assassinato, os lugares das cidades onde as pessoas tinham sido presas e vistas pela última vez e apontando até as casas dos torturadores. Buenos Aires, Córdoba, Tucumán foram mapeadas com o objetivo de revelar a geografia da repressão. A partir desse trabalho, inúmeros centros clandestinos de repressão, prisão, tortura e assassinato tornaram-se conhecidos e foram transformados em *museus de memória da repressão*. No Brasil, no entanto, esse trabalho ainda não foi feito. Recompôr

3 Para maiores informações, ver o site oficial da organização: <www.memoriaabierta.org.ar>.

esse traçado e trazer à luz essa geografia sombria é uma tarefa conjunta para historiadores e defensores dos direitos humanos.

Mas, para além desta “geografia sombria”, dois outros lugares se destacam nesse período e merecem ser anotados em nosso mapeamento político do Rio de Janeiro: os subúrbios e o bairro de Santa Teresa. Os subúrbios cariocas foram usados como esconderijo por militantes de esquerda clandestinos. Henri Acselrad, pesquisador da UFRJ que estuda a cidade e seus territórios, chamou a atenção para a particularidade de uma situação em que se defrontavam militantes de esquerda oriundos da classe média, letrados e intelectualizados com a população típica suburbana. Acselrad (2009) realizou várias entrevistas com militantes que haviam residido clandestinamente nos subúrbios do Rio e chegou à conclusão de que essa experiência copiou a literatura de Nelson Rodrigues.

Nas narrativas dos militantes observa-se que eles defrontaram-se a um cenário sociológico novo – a vizinhança com amante de bicheiro, a guarda do filho de uma prostituta, o presenciar de um esfaqueamento numa briga de casal, a condução de um bêbado através da favela, são situações típicas de um subúrbio carioca reconhecíveis, por exemplo, na literatura de Nelson Rodrigues.

A jornalista Flávia Cavalcante, ex-militante da organização VAR-Palmares, que morou clandestinamente no subúrbio, no bairro Penha Circular, relata em seu depoimento para o acervo “Memórias de Esquerda”⁴ alguns aspectos dessa experiência. O tipo de vida que se tinha nos subúrbios cariocas era muito peculiar e diferente da Zona Sul. Um dos aspectos mais lembrados era o hábito de colocar cadeiras na calçada, em frente ao portão de casa, no final da tarde, para a “prosa” com os vizinhos. Mas a solidariedade suburbana cobrava um preço: as moças deviam controlar a sensualidade e não podiam circular sozinhas, à noite, pelo bairro. Flávia conta que cortou seus cabelos, desfez-se de suas roupas e adotou novas formas de comportamento e circulação pelas ruas do bairro:

[...] eu não podia chegar sozinha em casa, então eu e meu companheiro, a gente se encontrava, voltávamos pra casa sempre juntos, porque mulher não podia voltar sozinha, ficava feio no bairro, entendeu? [...] eu tinha o cabelo comprido, bem Zona Sul, eu tive que cortar o cabelo, as roupas todas eu dei para o pessoal que fazia trabalho armado e eles me emprestaram roupas mais adequadas, para não parecer muito Zona Sul.⁵

O depoimento de Flávia dá destaque às diferenças culturais e comportamentais entre a Zona Sul e os subúrbios da Zona Norte e nos lembra de que a cidade não é (nem nunca foi)

4 Acervo “Memórias de Esquerda”, Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, IFCS/UFRJ.

5 Depoimento de Flávia Cavalcante, Acervo “Memórias de Esquerda”, Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, IFCS/UFRJ.

homogênea, e sim marcada por *territórios*. O subúrbio carioca entra na geografia política da cidade pontuando sua diferença, sua singularidade em relação ao clima político dominado por militantes criados na Zona Sul.

Além do subúrbio, o bairro de Santa Teresa destacou-se durante os “anos de chumbo”. O simpático bairro, situado numa pequena elevação entre o Centro, a Zona Sul e a Zona Norte, conhecido também como a *Montmartre* carioca, foi cenário do ato mais espetacular da guerrilha brasileira: o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em setembro de 1969. Foi em Santa Teresa que o embaixador ficou escondido enquanto as organizações de esquerda que o haviam sequestrado (MR-8 e ALN) negociavam sua vida com a ditadura em troca da libertação de 15 presos políticos. Anos mais tarde, por conta desse episódio, Santa Teresa ganhou fama, virou “pop”, personagem do livro de Fernando Gabeira e do filme de Bruno Barreto baseado nessa obra.

A RETOMADA DA CIDADE: DE 1974 ATÉ O FIM DO REGIME MILITAR EM 1985

O ano de 1974 marca a virada. Outra conjuntura política (o projeto de “abertura gradual” do presidente Geisel) e, principalmente, uma nova tática política que unia um amplo conjunto de organizações e forças de esquerda (a luta pelas liberdades democráticas) criaram um novo momento para a ação política e para a própria cidade. A articulação desses dois elementos permitiu à cidade retomar seu papel de protagonista da ação política dos cidadãos cariocas. Aos poucos, ruas, praças, avenidas e prédios foram retomados e reocupados, recuperando-se os signos políticos da geografia e cartografia do Rio de Janeiro. Esse processo não foi linear, nem muito menos tranquilo. Foi marcado por confrontos, violência física, correrias, demolições, mas também alguma alegria e muito orgulho. É nessa terceira fase que vamos nos deter: a retomada da cidade concomitantemente ao processo mais amplo de luta pela redemocratização do país. A reocupação da cidade, a nosso ver, jogou um papel importante na luta pelas liberdades democráticas que marcou o período de 1979 a 1985. A cidade foi cenário e – por que não dizer – personagem desse processo. Mas antes de proceder à avaliação desse processo, é preciso analisar alguns aspectos teóricos da questão: a importância dos marcos territoriais para a narrativa histórica.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E MARCOS TERRITORIAIS

As pesquisadoras Elizabeth Jelin e Victoria Langland (2003), no livro *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*,⁶ salientam a importância da análise do que chamam de “marcos territoriais” para a compreensão da história e da memória das ditaduras militares nas cidades latino-americanas.

6 O livro organizado por Jelin e Langland faz parte da coleção *Memorias de la Represión*, que reuniu os resultados dos trabalhos de vários pesquisadores latino-americanos empenhados em investigar os processos políticos do Cone Sul.

Un primer eje analítico que atraviesa el tema hace referencia al proceso en que un espacio físico adquiere y reafirma sentidos. En otras palabras, cuando en un sitio acontecen eventos importantes, lo que antes era un mero 'espacio' físico o geográfico se transforma en un 'lugar' con significados particulares, cargado de sentidos y sentimientos para los sujetos que lo vivieron (Jelin; Langland, 2003, p. 3).

Em sua investigação, as autoras dão destaque aos marcos territoriais entendidos como “espacios vividos y transitados cotidianamente – un edificio, una placa, un memorial o un monumento”. Nesse livro, diversos autores analisam diferentes processos de construção de marcos territoriais – lugares carregados de sentido político, como a Praça de Maio, o shopping uruguaio Punta Carreras, o disputado terreno do prédio da UNE, no Brasil. A Praça de Maio talvez seja o exemplo mais eloquente desse processo a que estamos nos referindo. Situada no centro de Buenos Aires, em frente ao palácio residencial, a praça sempre foi um dos principais cenários políticos argentinos, palco de diversas manifestações, de comícios de Perón, de confrontos entre situação e oposição. Mas, a partir da última ditadura, a Praça de Maio transformou-se no símbolo maior da resistência e da luta pelos direitos humanos na Argentina.

En la actualidad, la Plaza de Mayo del centro de Buenos Aires es para muchos, la Plaza de Las Madres. Cada jueves⁷ [...] la Plaza de Mayo es apropiada por las memorias y el repudio de la dictadura, y sus sentidos se actualizan y combinan con las demandas sociales de cada momento (Jelin; Langland, 2003, p. 7).

Algumas vezes, esses lugares – justamente por representarem marcos territoriais carregados de sentido político – são disputados por diferentes segmentos da sociedade. No mesmo livro, Hugo Ashugar relata o caso do shopping center de Punta Carretas, no Uruguai, construído no local do histórico presídio de Punta Carretas. Para Ashugar, a destruição do presídio e sua substituição por um shopping fizeram parte de uma estratégia de apagamento da memória da repressão uruguaia e, paralelamente, de construção de uma visão idílica e moderna de um país aberto para o mercado.

Entre comienzos de 1989, cuando se inicia la discusión del proyecto de transformación del Penal de Punta Carretas, y el 14 de julio de 1994, cuando se inaugura el Punta Carretas Shopping Center, se produce la instalación y consolidación del discurso hegemónico reordenador de la memoria pública en la sociedad uruguaya. Este discurso representa al país como una comunidad democrática y sin mayores violencias, y se articula a un proyecto económico que proyecta transformar a Uruguay en un país de servicios. En el marco del proyecto de un Uruguay moderno que busca su nueva función histórica en el proceso de integración del Mercosul, el discurso hegemónico promueve una versión

7 As marchas das mães e avós da Praça de Maio aconteciam sempre às quintas-feiras.

edénica del país. El Punta Carretas Shopping forma parte de esa edenización del país a la que aspira el discurso modernizador y pacificador al presentarse como un espacio 'seguro' en que la antigua violencia ha sido erradicada.⁸

Outro exemplo de disputas políticas por um lugar – e que nos toca diretamente – é o caso do terreno do prédio da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro. O histórico prédio da Praia do Flamengo, sede da UNE desde 1942, havia sido incendiado e saqueado na noite de 31 de março de 1964. Mais tarde, passou a sediar cursos de teatro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E, de modo paradoxal, no mesmo período em que a UNE era reconstruída politicamente, sua sede histórica era fisicamente demolida. Baseando-se num laudo que foi questionado pela Associação de Engenheiros do Rio de Janeiro, a prefeitura declarou que o imóvel estava condenado e que precisava ser derrubado. Os estudantes se mobilizaram para tentar impedir a demolição. Em seu depoimento ao projeto Memória do Movimento Estudantil, o então recém-eleito presidente da UNE, o estudante baiano Ruy César, descreve o confronto entre policiais, estudantes e parlamentares na Praia do Flamengo:

Nós começamos a organizar um conjunto de forças no Rio de Janeiro e a polícia cercou o prédio com batalhões. Acho que havia quase três mil soldados na porta do prédio, fechando o prédio para que a gente não conseguisse acessar. E nós do outro lado, em frente, na Praia do Flamengo, com também outros três mil estudantes e parlamentares. Nós vivemos uns cinco dias de confronto, em frente a esse prédio, observando-os colocar as bombas para a implosão, tentando invadir. Fizemos várias tentativas de romper o cerco policial [...]. Fizemos uma batalha campal em frente à Praia do Flamengo [...]. No dia seguinte, conseguimos dobrar o número de pessoas em frente ao prédio. Mas foi um episódio bastante frustrante, porque nós assistimos ao prédio cair. Eles implodiram o prédio na nossa frente [...]. Na frente do prédio se travava uma verdadeira batalha, brutal. Policiais e estudantes brigando. Toda hora vinha um choque, jogavam bomba [...]. O prédio desabou, toda a frente e o miolo, e ficaram aparentes somente o fundo e a abóbada do teatro. Foi um episódio extremamente doloroso. Acho que foi uma agressão à história do Brasil, um atestado de ignorância não só dos militares, mas também dos dirigentes do governo e da Prefeitura do Rio de Janeiro (Araújo, 2007, p. 234).

O congresso de reconstrução da UNE se realizou em maio de 1979, em Salvador; em junho de 1980 o prédio da União Nacional dos Estudantes foi posto abaixo e em seu lugar surgiu um estacionamento. A demolição física do prédio, concomitantemente à reorganização política dos estudantes, ainda no final da ditadura militar, é um fato bastante significativo que nos mostra a importância política e simbólica de alguns marcos territoriais. O prédio da UNE foi derrubado exatamente porque representava – usando a expressão do

8 Ashugar, Hugo, em Jelin; Langland (2003, p. 13-14).

historiador francês Pierre Nora (2003) – um *lugar de memória* para o movimento estudantil, um símbolo de sua história e luta política. E é exatamente por isso que os estudantes hoje se empenham em recuperar o terreno, cuja posse foi negada pela Justiça aos antigos donos do estacionamento. A UNE aguarda a decisão final da Justiça para dar início à construção de um centro cultural no local. É interessante notar, nesse episódio, que não é o *prédio* em si (porque foi demolido, não existe mais), mas o *terreno*, onde esteve tantos anos o prédio, que é disputado. É o terreno do antigo prédio da UNE que se apresenta, para os estudantes, como *nexo* entre o passado e o presente; como *elemento de ligação* entre sua história e sua atual imagem/identidade.

Seguindo esta linha de reflexão, interessa detectar na cidade do Rio de Janeiro *lugares* carregados de sentido político; *espaços físicos* que se tornaram, assim como o terreno e o prédio da UNE, símbolos e representações da cidadania carioca. Interessa-nos também, em alguma medida, recompor o processo pelo qual os cidadãos recuperaram esses lugares na fase final do embate com a ditadura militar. A partir dessa retomada – geográfica e política – pode-se contar um pouco, ou pelo menos um aspecto, da história política recente da cidade.

PASSO A PASSO: A RETOMADA DA CIDADE

A retomada das ruas e dos espaços públicos urbanos como cenário de manifestações políticas foi um processo levado a cabo, em grande parte, pelo movimento estudantil a partir da segunda metade da década de 1970. Como dito anteriormente, o ano de 1974 inaugurou uma nova conjuntura política, definida por dois ângulos: de um lado, o regime militar iniciava seu projeto de “abertura política”; de outro, após a derrota da experiência armada, as esquerdas se reagrupavam em torno da luta pelas liberdades democráticas. As bandeiras democráticas levaram de novo os estudantes para as ruas. O fim da tortura e das prisões arbitrárias, o restabelecimento do *habeas corpus*, o fim da censura, a reivindicação da liberdade de expressão e manifestação, e a anistia política foram as bandeiras que mobilizaram estudantes, jovens, intelectuais, profissionais liberais e cidadãos e os levaram de volta às ruas do Centro da cidade. Esse processo de retomada das ruas foi norteado pela memória dos *lugares* que sempre simbolizaram, na história do Rio de Janeiro, a atividade política da cidade: a Cinelândia, a avenida Rio Branco, o prédio do MEC, o largo em frente à Candelária. Foi exatamente nesses lugares que ocorreram as primeiras manifestações após a edição do AI-5. Entre 1977 e 1985, os cariocas recuperaram os espaços políticos de sua cidade, sequestrados pela ditadura no final de 1968.

No Rio de Janeiro, a primeira manifestação estudantil massiva ocorreu nos pilotis da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e ficou conhecida como o “ato público dos cinco mil”. Milhares de estudantes se reuniram numa grande manifestação, em protesto contra a prisão de estudantes, militantes de uma organização de esquerda, enquanto helicópteros da polícia circulavam em volta da universidade.

A cidade de São Paulo já havia realizado manifestações públicas anteriormente, em 1973 e 1975, por ocasião das missas de sétimo dia do estudante Alexandre Vanucchi Leme (1973) e do jornalista Vladimir Herzog (1975), ambos mortos nas dependências do Exército em São

Paulo. Celebradas por dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, as duas missas transformaram-se em atos públicos de protesto, em que a ditadura era acusada do assassinato dos dois militantes políticos. Nos dois casos, a Catedral da Sé ficou lotada e a Praça da Sé foi cercada por forte aparato policial.

A prisão dos militantes estudantis quando distribuía panfletos no dia 1º de maio na região do ABC paulista desencadeou uma onda de protestos em todo o país e representou o grande impulsionador, em nível imediato, da retomada das manifestações estudantis de rua – manifestações que acabaram trazendo, além de estudantes, profissionais liberais, intelectuais, professores, jornalistas, médicos, artistas, parlamentares e cidadãos de todo tipo, dispostos a reocupar os espaços das ruas nas cidades brasileiras.

Nesse processo, não somente as ruas eram recuperadas, mas também alguns prédios – edifícios que continham uma longa história de atuação política que, no final da década de 1970, se procurava resgatar. Assim, dois mil e quinhentos jornalistas reuniram-se em junho de 1977 na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro da cidade, perto da Cinelândia, e lançaram um manifesto contra a censura e pela liberdade de expressão. A sede da ABI, na rua Araújo Porto Alegre, foi um dos lugares importantes da luta contra a ditadura. Em seu auditório se realizavam debates e manifestações contra o regime, reunindo jornalistas, estudantes, parlamentares do MDB “autêntico”, advogados e familiares de presos políticos.

Foram as bandeiras políticas – anistia, eleições diretas, constituinte – que promoveram a reocupação das ruas da cidade. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi fundado, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1978. Entre a data de sua criação e a Lei da Anistia, sancionada em agosto de 1979, o CBA levou a cabo uma intensa campanha nacional em prol da anistia ampla, geral e irrestrita. Esta bandeira tinha um grande poder de mobilização e levou os brasileiros às ruas. No Rio de Janeiro, um dos marcos dessa retomada foi a Caminhada pela Liberdade, convocada por parlamentares, entidades estudantis, CBA, entidades de classe como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sindicatos de professores, médicos e outras categorias profissionais. A caminhada, que deveria realizar o percurso entre a Cinelândia e a Candelária, atravessando as avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, transformou-se num exercício de corrida, uma vez que o Centro da cidade estava ocupado por batalhões da tropa de choque que atacaram e feriram os manifestantes (inclusive os parlamentares). Grupos se formavam e se dispersavam, tentando driblar o ataque das forças policiais; pequenos comícios-relâmpagos se realizavam entre as investidas policiais, enquanto centenas de manifestantes eram detidos e outros tantos se refugiavam no interior da Câmara dos Vereadores, na Cinelândia. Inúmeros manifestantes ficaram feridos, entre eles o senador Nelson Carneiro e alguns dos chamados parlamentares autênticos do MDB, como o então deputado José Eudes. A caminhada não se realizou enquanto tal, mas o Centro da cidade viveu uma tarde de manifestações políticas como não vivia desde 1968. Este ato representou o início da recuperação do Centro do Rio para a prática de manifestações políticas.

No Dia Nacional de Luta contra as Eleições Indiretas, em novembro de 1978, a Cinelândia foi, novamente, território de disputa entre cidadãos e tropas policiais. O jornal *Mo-*

vimento – um dos representantes da imprensa alternativa da época⁹ – descreve assim o confronto:

Por volta das 17h30, horário marcado para a manifestação, a praça já estava ocupada por cerca de 300 homens do 5º e do 13º Batalhão de Polícia Militar, equipados com escudos, viseiras, cassetetes e bombas de efeito moral. Assim mesmo, os grupos de populares foram se aglomerando e misturando-se aos estudantes até que se formou uma multidão e começaram os coros: “o povo não tem medo, abaixo o Figueiredo” e “o povo unido jamais será vencido” e outras palavras de ordem. Nos avanços da tropa de choque os manifestantes recuavam pelo meio da rua, até as escadarias da Biblioteca Nacional. Ocorreram alguns espancamentos e ameaças de prisão. Um estudante que havia sido preso acabou sendo libertado por alguns companheiros em uma rápida escaramuça. [...] No prédio da Câmara Municipal representantes do movimento estudantil consultavam os parlamentares sobre a possibilidade de continuar ali o ato público. E foi o próprio comandante do policiamento quem pediu ao presidente da Câmara que abrisse as portas “para evitar a adesão de curiosos e trabalhadores, o que seria perigoso” [...].¹⁰

Os portões da Câmara foram, então, abertos e os manifestantes se refugiaram no saguão do palácio, continuando lá o evento. Mas a disputa pelas ruas e praças cariocas tinha lá as suas peculiaridades. O jornal *Movimento* relata o final dessa manifestação:

Perto das 19h30 os manifestantes começaram a deixar a Câmara Municipal. Para evitar desdobramentos do ato público na praça, a polícia mandara aumentar o volume dos alto-falantes do “Cordão do Bola Preta”, tradicional gafeira do centro da cidade, mas se ouvia nitidamente a multidão cantando o refrão do hino da independência (“ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”).¹¹

Nesse ritmo de corridas, confrontos com a polícia, ocupação da Câmara Municipal, hinos e acordes de samba, os endereços políticos mais “nobres” do Centro da cidade – a Cinelândia, as avenidas Rio Branco e Presidente Vargas – voltavam a pulsar no compasso da política nacional.

É interessante nomear, também, outro lugar, *coadjuvante* na retomada das ruas e praças do Centro da cidade como *locus* de ação política: o bar Amarelinho. Ao que parece – pelo menos no Rio de Janeiro, mas creio que também em outros lugares – a política não se faz sem discussões acaloradas e debates inflamados, sem espaços de sociabilidade, afetivida-

9 A imprensa alternativa reunia um conjunto de jornais em formato tabloide ou semitabloide, de oposição ao regime, muitas vezes ligados a grupos e organizações de esquerda.

10 Jornal *Movimento*, 16 a 22 out. 1978. Acervo de Imprensa Alternativa, Laboratório de Estudos do Tempo Presente, IFCS/UFRJ.

11 Idem.

de, encanto, amizades e amores. O Amarelinho, no coração da Cinelândia, funcionava como ponto de dispersão das manifestações e comícios da cidade. Após os embates políticos, iam todos para o bar, comentar os acontecimentos e confraternizar com colegas de trabalho e companheiros de militância política. O bar Amarelinho não pode deixar de figurar nesta cartografia política da cidade.

Outro marco importante desse processo foi a campanha pelas eleições diretas para a presidência da República, que ficou conhecida como campanha pelas “Diretas já” e resultou na retomada da Candelária como espaço político. A Igreja de Nossa Senhora da Candelária é uma das mais tradicionais do Rio de Janeiro, situada no coração do centro financeiro da cidade, na pequena praça Pio X, no final da avenida Presidente Vargas. Na verdade, a grande avenida como que “deságua” na Candelária e, por isso mesmo, um palanque armado em frente à igreja se volta para a imensidão da Presidente Vargas. E foi o que ocorreu no dia 10 de abril de 1984, no grande comício das “Diretas já”, que reuniu um milhão de pessoas em frente à Candelária. A campanha pelas eleições diretas tinha a adesão de organizações como a OAB, ABI, a recém-reconstruída UNE, das centrais sindicais, de parlamentares da oposição e personalidades políticas que haviam regressado do exílio após a Lei da Anistia. A campanha se concentrou em torno da votação, no Congresso Nacional, da emenda constitucional do deputado federal Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para a sucessão do presidente militar, general João Batista Figueiredo. Entre janeiro e abril de 1984, quando foi votada a emenda, realizaram-se dezenas de comícios em todo o país reunindo milhares de pessoas. No Rio de Janeiro, antes do “comício do milhão”, a cidade havia sido palco de duas grandes passeatas, que percorreram o trajeto da Candelária à Cinelândia, passando pelas avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, as duas principais artérias políticas do Centro. A primeira passeata, com cerca de 60 mil pessoas, aconteceu em 16 de fevereiro e a segunda, com a presença estimada de 200 mil manifestantes, realizou-se no dia 21 de março. Por meio dessas manifestações, toda uma nova geração de cidadãos conheceu o prazer cívico de ocupar as ruas do Centro da cidade com faixas e cartazes, sem precisar correr da polícia. Estas manifestações foram uma preparação para o grande comício do dia 10 de abril em que um milhão de pessoas lotaram uma enorme extensão da avenida Presidente Vargas. No palanque armado discursaram alguns dos principais personagens do processo de redemocratização brasileiro: o jurista Sobral Pinto (com 90 anos de idade), o líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, o professor Fernando Henrique Cardoso, os parlamentares Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, e lideranças políticas históricas, como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Estavam também presentes o deputado Dante de Oliveira, autor da emenda, e Fafá de Belém, considerada, de certa forma, a cantora “oficial” da campanha, que entoava com voz inconfundível uma versão emocionada do hino nacional brasileiro, acompanhada pelas multidões que compareciam aos comícios.

Apesar das massivas manifestações ocorridas em vários pontos do país, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso Nacional, gerando uma enorme frustração política em todos aqueles que haviam participado desse processo. Os partidos políticos criados após

a extinção do bipartidarismo – PMDB, PDS, PTB, PDT e PFL¹² –, em novembro de 1979, participaram então da outra solução: eleição indireta por um Colégio Eleitoral composto por parlamentares. O Partido dos Trabalhadores (PT), também recém-criado, recusou-se a participar da eleição indireta. A negociação política que prevaleceu se expressou na chapa que marcava a aliança entre o PMDB e o PFL em torno das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney. A transição do Brasil da ditadura para a democracia se concluía assim pela égide da negociação entre as elites políticas. Tancredo morreu antes de tomar posse e Sarney tornou-se o primeiro presidente civil após o fim da ditadura militar.

A campanha das diretas foi derrotada; a saída negociada pelas elites excluiu as massas populares que haviam aderido ao processo político nos últimos anos da ditadura militar. A saída elitista e negociada e a decepção popular, no entanto, não apagam a trajetória de retomada política dos espaços públicos da cidade, sobretudo do Centro, o coração nervoso do Rio de Janeiro. Apesar de o resultado ter frustrado as grandes expectativas da época, a retomada física e política – ou seja, *territorial* – da cidade foi um processo que marcou, com um significado eminentemente político e cidadão, o final dos anos de 1970 e boa parte da década de 1980.

OS ANOS DE 1980, NOVAS SOCIABILIDADES CARIOCAS

Mas não foram apenas as ruas e as praças do Centro da cidade que se transformaram em espaços de manifestação e expressão política dos cariocas. As praias e a orla marítima também ganharam essa dimensão. Os meses de dezembro de 1979 e janeiro e fevereiro de 1980 ficaram conhecidos como o “verão da anistia”, marcado pelo regresso de inúmeros brasileiros que estavam no exílio, a saída de muitos da prisão e o retorno de outros tantos que estavam clandestinos ou, simplesmente, isolados e desarticulados. Todos eles ansiavam não apenas por atuação política, mas também por encontros e reencontros afetivos, manifestações de solidariedade e de alegria por estarem de volta ao Rio de Janeiro. Esse sentimento confluiu para vários pontos da cidade e um deles foi a praia de Ipanema, mais especificamente o Posto 9. O ex-guerrilheiro Fernando Gabeira, que retornara ao país após o exílio, lançou dois livros que mexeram com a cabeça das novas gerações que haviam ingressado na vida política na última década: *O que é isso, companheiro?* e *Crepúsculo do macho*. No primeiro, Gabeira de certa forma humanizava a figura dos guerrilheiros, ao mesmo tempo em que narrava, de forma crítica e até divertida, o sequestro do embaixador norte-americano, do qual participara. No segundo livro, falava da “política do corpo”, abordando temas mais comuns na Europa do que no Brasil, relativos à libertação do corpo de rígidos papéis sexuais. Complementava as ideias que expunha em seus livros com a exibição do próprio corpo numa minúscula tanga de crochê cor-de-rosa na praia de Ipanema.

12 O PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, era o antigo MDB; PDS, Partido Democrático Social, era o partido do governo; PTB, Partido Trabalhista Brasileiro; o PDT, Partido Democrático Trabalhista, foi criado por Brizola, ao perder para Ivete Vargas a sigla histórica do PTB; PFL, Partido da Frente Liberal, uma dissidência do PDS.

Os anos compreendidos entre 1985 e 1995, primeira década após o fim do regime militar, assistiram a um processo de ocupação mais lúdica da cidade do Rio de Janeiro. Após a enorme frustração ocasionada pela derrota da campanha das diretas, seguida da morte de Tancredo Neves e sua substituição na Presidência por José Sarney, muito mais identificado com a ditadura, o clima político do país mudou. Apesar da marca elitista do processo político, não havia como negar que o país retomava o rumo da democracia. A volta dos exilados, a maior liberdade política experimentada pelas pessoas, os novos partidos, a legalização dos partidos comunistas, o fim da censura e, depois, em 1989, a realização das primeiras eleições diretas para presidente da República, tudo isso gerava um clima de alegria e, mesmo, de certa euforia. As eleições de 1982 e 1986 marcaram vitórias de candidatos oriundos dos setores de oposição em todos os níveis. No Rio de Janeiro, Leonel Brizola, o antigo líder histórico do trabalhismo, foi eleito duas vezes governador. O país experimentava a sua democracia. Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, de 1987 a 1988, resultaram no que ficou conhecido como a “Constituição Cidadã”. Segundo o historiador Boris Fausto, “a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias” (Fausto, 2000, p. 525).

Esses primeiros dez anos de exercício da democracia geraram uma nova situação política, produzindo novos comportamentos, práticas e diferentes sociabilidades. Em 1986, a campanha de Fernando Gabeira, candidato do recém-fundado Partido Verde (PV) ao governo do estado do Rio de Janeiro, inaugurou outro local de manifestação: o entorno da lagoa Rodrigo de Freitas. O “abraço à lagoa” foi uma novidade trazida por Gabeira, que evidenciava as preocupações ecológicas do PV. A partir daí, não apenas a lagoa mas toda a orla marítima passaram a fazer parte dos endereços políticos da cidade. Durante este período, o carioca ganhou novos espaços de lazer e confraternização, circulou pelas ruas e praias, fez manifestações pelo meio ambiente. Creio que se pode apontar como uma das consequências dessa nova postura em relação aos espaços públicos, marcada pelo afã de confraternização, pelo exercício da vivência democrática recém-adquirida, a reocupação *momesca* das ruas cariocas. O renascimento do carnaval de rua no Rio de Janeiro tem a ver com esta conjuntura festiva dos anos de 1980. Não por acaso, o primeiro grande bloco de rua a ser organizado nesse novo contexto, o *Simpatia é quase amor*, nasceu em 1985, durante a campanha pelas diretas, reunindo militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro. O grito de guerra do bloco, “Alô burguesia de Ipanema!”, era uma brincadeira com o jargão marxista. Nos anos seguintes outros blocos foram criados. Em 1991 surgiu o das Carmelitas, em Santa Teresa, em referência ao convento da Ordem das Carmelitas Descalças, situado no bairro. Em 1993 foi criado o bloco do Barbas, a partir do restaurante de igual nome, situado na rua Álvaro Ramos, de propriedade de Nelson Rodrigues Filho, o Nelsinho, ex-presos político, filho do escritor Nelson Rodrigues. E, em 1995, nascia o bloco de Segunda, que desfilava pelas ruas de Botafogo na segunda-feira de carnaval.

Além disso, durante esse período, os cariocas ganharam novos espaços de sociabilidade. Seguindo uma tendência internacional, esses espaços valorizavam a vida ao ar livre e a prática de esportes e exercícios físicos. Em 1993 foi criado o projeto Ciclovias Cariocas e em 1995,

o Parque Tom Jobim, em torno da lagoa Rodrigo de Freitas. Os habitantes da Zona Sul da cidade incrementaram o hábito da caminhada, da pedalada e da corrida nos cartões-postais da cidade: a lagoa, a orla da praia, o aterro do Flamengo, locais que também eram utilizados para manifestações políticas, com passeatas, caminhadas e panfletagens.

A CIDADE HOJE: AVANÇOS E RECUOS, NOVOS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Vimos que, ao longo das décadas de 1970, 80 e 90 se processaram diferentes formas de ocupação da cidade. Entre 1969 e 1975, o Rio esteve praticamente sequestrado pela ditadura militar. A partir de meados da década de 70, sobretudo de 1977, estudantes, parlamentares, militantes do Comitê Brasileiro pela Anistia e outros setores da sociedade descontentes com o regime empreenderam a retomada das ruas e praças da cidade como locais de manifestação política. Rua a rua, praça a praça, este processo começou sob o signo da violência e culminou no *comício do milhão*, com a avenida Presidente Vargas tomada por manifestantes que pediam a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Apesar da derrota da campanha pelas eleições diretas, o Brasil encerrou o ciclo da ditadura militar em 1985, retornando – ainda que de forma elitista – aos rumos da democracia. O deputado Ulysses Guimarães, um dos principais líderes da oposição contra a ditadura, batizou essa conjuntura de Nova República. Nesta nova conjuntura a cidade viu formas mais alegres de expressão e manifestação por parte de seus habitantes: passeatas e caminhadas na orla, no Aterro, abraços a Lagoa, marchas de bicicleta. Nos novos ventos da liberdade até o carnaval de rua pediu passagem.

Nesse contexto, o movimento estudantil criou uma nova forma de manifestação política, colorida e alegórica. Em 1992, estudantes universitários e secundaristas lideraram um movimento que pedia o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, que vencera as primeiras eleições diretas após a ditadura militar, em 1989, e fora acusado de corrupção. O *impeachment* de Collor foi julgado e aceito pela Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 1992; a votação foi transmitida ao vivo, pela televisão, para todo o país. Mas, para muitos, o movimento que depôs Collor é até hoje associado às hordas coloridas e alegres de estudantes do ensino médio que saíram dos portões de colégios públicos e privados em direção ao Centro da cidade. Mas esse clima parece ter mudado.

Nos últimos 15 anos, esta experiência de cidadania recuperada parece ter recuado. Muitas ruas da cidade, algumas avenidas, praças e vias expressas estão de novo interditadas a muitos cidadãos cariocas. Agora não mais pela ditadura militar, mas pelas mazelas e consequências de uma democracia incompleta e desigual, corrupta e violenta que vimos crescer sem conseguir corrigir, ao longo dos últimos vinte anos. A “cidade partida”¹³ inibe a circulação e aprisiona os cidadãos – sobretudo os jovens – em territórios limitados. Com o crescimento do narcotráfico e do crime organizado, a cidade se fechou de novo em lugares proibidos, controlados por facções do tráfico de drogas ou milícias. Muitas ruas da cidade se

13 Expressão cunhada pelo jornalista Zuenir Ventura (1994).

esvaziaram por medo da violência urbana; alguns trajetos urbanos e alguns bairros passaram a ser considerados perigosos. O Centro da cidade transformou-se num dormitório a céu aberto, a Cinelândia, em moradia de mendigos e pequenos delinquentes, e as “cracolândias” multiplicaram-se em vários pontos da cidade.

Por outro lado, a cidade tem vivido e experimentado experiências positivas de mediação de conflitos, sobretudo em favelas e comunidades carentes. Nos últimos dez anos, cresceram bastante no Rio de Janeiro grupos e projetos de trabalho cultural e artístico que se apresentam como resposta e possível solução para os problemas da desigualdade e da exclusão, como o AfroReggae, sediado em Vigário Geral, o grupo de teatro Nós do Morro, do Vidigal, a Companhia Étnica de Dança do Andaraí, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), o corpo de balé da Mangueira, Dançando pra não Dançar, e muitos outros. Esses grupos/projetos atuam na produção de estratégias de inclusão social e na mediação de conflitos locais. Além disso, produzem também uma cultura ligada à experiência de vida das camadas populares, residentes nas áreas carentes da cidade, que se expressa não apenas em música, peças de teatro, programas de rádio e tevê e espetáculos de dança, mas também numa vivência de maior solidariedade. Esses grupos e projetos fazem parte da história recente da retomada de certos locais da cidade como espaços de exercício de cidadania.

Nos últimos anos, o governo do estado do Rio de Janeiro vem desenvolvendo uma política de segurança com o objetivo de recuperar e pacificar áreas de favelas e comunidades carentes dominadas por facções dos grupos ligados ao narcotráfico, instalando nessas áreas unidades de pacificação (UPPs). O projeto é polêmico e tem recebido críticas e elogios. Seu objetivo declarado é a recuperação do território dominado pelo tráfico e sua incorporação ao dia a dia da cidade e dos moradores. Não nos cabe aqui, nos limites deste texto, analisar o projeto das UPPs. Apesar de se relacionar com o tema da recuperação territorial da cidade, ele se afasta de nosso objeto porque não é produto da ação de grupos sociais e sim projeto governamental. Mas, como ele interfere no desenho da cidade, sobretudo no tocante à noção de “áreas retomadas”, é importante ao menos mencioná-lo.

Sabe-se que a situação de segmentação, violência e insegurança não é exclusiva do Rio de Janeiro, nem tampouco das cidades brasileiras. A experiência da vida urbana em quase todas as grandes cidades do mundo é marcada hoje pelo medo e pela insegurança. Em seu livro *Em busca da política*, Zygmunt Bauman (2000) afirma: “o mundo contemporâneo é um recipiente cheio até a borda de medo e frustração à solta que buscam desesperadamente válvulas de escape”. Essa sensação de medo e insegurança, característica das grandes cidades do século XXI, apresenta-se ainda mais dramática, segundo Bauman, porque além de oprimir e acuar os cidadãos, inibe os meios que estes teriam para lutar contra ela: a solidariedade, a ação coletiva, enfim, a própria ação política no seu sentido mais profundo. Este é o diagnóstico de Bauman sobre o terrível mal-estar das cidades contemporâneas:

O mais sinistro e doloroso dos problemas contemporâneos pode ser melhor entendido sob a rubrica ‘Unsicherheit’, termo alemão que funde experiências para as quais outras línguas podem exigir mais palavras – incerteza, insegurança e falta de garantia. O

curioso é que a própria natureza desses problemas constitui poderoso impedimento aos remédios coletivos: pessoas que se sentem inseguras, preocupadas com o que lhes reserva o futuro e temendo pela própria incolumidade não podem realmente assumir os riscos que a ação coletiva exige. Falta-lhes a coragem de ousar e tempo para imaginar formas alternativas de convívio; e estão também preocupadas com tarefas em que não podem sequer pensar, quanto mais dedicar sua energia, tarefas que só podem ser empreendidas em comum (Bauman, 2000, p. 13).

As análises de Bauman enfocam mais as cidades do Primeiro Mundo, na Europa e nos Estados Unidos, onde a sensação de medo e insegurança é depositada no “outro”, no “forasteiro”, no “incivilizado”, no “terrorista”, representado quase sempre pelo imigrante, pelo muçulmano, pelo africano – todas elas categorias que promovem o estranhamento e o isolamento e que, justamente por isso, dificultam a solidariedade e a organização de ações coletivas. Nas cidades latino-americanas, o “outro” ameaçador não é terrorista nem muçulmano, mas sim os jovens pobres, negros e pardos, moradores das favelas, representantes das “classes perigosas”. Desse ponto de vista, as cidades contemporâneas seriam, todas elas, “cidades partidas” (aproveitando mais uma vez a expressão criada pelo jornalista Zuenir Ventura), mas cada uma à sua maneira.

Apesar do pessimismo da análise, a obra de Bauman propõe saídas, melhor dizendo, propõe *procuras*. No cerne desta procura está a perspectiva da construção de uma vida comunitária que conjugue universalismo com pluralismo; dizendo de outra forma, que articule princípios universais, como a equidade, com o respeito às diferenças. Tarefa das mais difíceis, sem a menor dúvida, mas a única aposta possível para as cidades do século XXI. E apenas nessas cidades esta aposta se torna compreensível. Esta pode ser também a nossa aposta para o Rio de Janeiro.

No momento em que fazia a leitura final deste texto, pareceu gritante a necessidade de fazer referência aos acontecimentos de junho de 2013. Nesse mês, milhares de pessoas saíram às ruas, não só no Rio de Janeiro mas em todo o país, contra o aumento das passagens dos ônibus urbanos. Manifestações massivas, muitas vezes seguidas de atos de depredação de bancos e lojas. Estudantes, jovens de várias classes sociais e diferentes origens (do Leblon às periferias), *black-blocks*, empregados e desempregados, abastados e *lumpenzinato* – uma gama variada de pessoas (sobretudo jovens) inundou as ruas da cidade e do país, colocando novas questões sobre a ocupação do espaço público e a cidadania. Os acontecimentos de junho nos fazem lembrar que a cidade é, de certa forma, um “ser vivo” que se agita, se enfurece, se alegra, explode, se acalma, grita e marca, de diferentes formas, a vida dos seus cidadãos.

A retomada da cidade, a recuperação da vivência e do sentido da *polis* passam, hoje, não mais pela luta contra uma ditadura, mas sim pela superação de novos desafios. Em especial, pelo aprofundamento, em todos os sentidos, da nossa democracia.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. A microsociologia da clandestinidade nos relatos dos militantes contra a ditadura no Rio de Janeiro: 1968-1973. In: SIMPÓSIO TESTEMUNHAS DA HISTÓRIA: TEXTOS E MEMÓRIAS. Congresso Internacional da Latin America Studies Association (Lasa), 2009, Rio de Janeiro. Resumo de comunicação.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (comp.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: México, França, Brasil, 1968*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

TEIXEIRA, Evandro. *68: Destinos – passeata dos 100 mil*. Rio de Janeiro: Ed. Textual, 2008.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Acervos

Acervo do Projeto Memória do Movimento Estudantil (Fundação Roberto Marinho/Museu da República/UNE).

Acervo do Projeto Memórias de Esquerda/Núcleo de História Oral e Memória/Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Instituto de História (IH), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Acervo de Imprensa Alternativa. Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IH/UFRJ).

Recebido em 3/2/2014

Aprovado em 10/2/2014